



Cidade das Rosas
e dos Tropeiros

Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

**EXECELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP**

PROCESSO : TC-00007190.989.20-2

INTERESSADOS : PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO
: PREFEITO ALDOMIR JOSÉ SANSON (PERÍODO
01/01 A 29/08/2021)
: PREFEITO JOSÉ ROBERTO PILON (PERÍODO
DE 30/08 A 31/12/2021)

ASSUNTO : CONTAS DE PREFEITURA

EXERCÍCIO : 2021

INSTRUÇÃO POR : UR-09

**PROCESSO(S)
DEPENDENTE(S)** : 00001243.989.21-7, 00007217.989.21-9

MUNICÍPIO DE CERQUILHO/SP, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 46.634.614/0001-26, com sede no Paço Municipal, situado na Rua Engº Urbano Pádua de Araújo, nº 28 – Centro – Cerquillo/SP, e, **PREFEITOS MUNICIPAIS**, neste ato representado, por seu Procurador Jurídico Municipal, nos termos da Lei Complementar nº 219, de 16 de dezembro de 2014, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, promover suas alegações acerca dos apontados por este E. Tribunal, o que faz expondo e requerendo:



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

I - PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

Nesta oportunidade, informamos que, existe na Prefeitura Municipal de Cerquillo servidor efetivo responsável pelo Controle Interno nomeado por Portaria, que vem cumprindo desde sua nomeação as exigências legais da LC 101/2000, no que se refere aos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e aos Relatórios da Gestão Fiscal. Conta, ainda, com sistema informatizado para auxiliar na emissão de relatórios gerenciais para o Controle Interno, os quais, até o presente momento, entendemos serem suficientes para *feedback* das ações praticadas, bem como para correção das ações cujos efeitos se mostrem insatisfatórios.

II - PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Informamos que, o Município não medirá esforços para atender todas as determinações constitucionais e legais.

B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

Temos a informar que a falha foi devidamente corrigida para os exercícios seguintes.

B.1.9.1 – DESPESAS DE PESSOAL

Noutro giro, as contratações dos profissionais autônomos da Saúde, cujas despesas foram realizadas no elemento 3.3.90.36, justamente por ser contratado de pessoal por tempo determinando.

Conquanto, as contratações obedeceram estritamente à necessidade de manutenção dos serviços da Residência Terapêutica no Município de Cerquillo, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil nº 1.34.001.001715/2013-69, junto ao Ministério Público Federal – Procuradoria da República em São Paulo, em que pese estarem sendo chamados os candidatos classificados no Processo Seletivo nº 01/2021, há grande rotatividade no serviço e a imprescindibilidade da prestação do serviço público de *forma ininterrupta*, ante a completa dependência dos moradores da Residência de Acolhimento Terapêutico, os quais devem ser assistidos diuturnamente dada as suas necessidades especiais.



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

Ademais, no tocante a contratação dos demais profissionais da saúde, tem por justificativa a grave crise internacional causada pelo vírus denominado COVID-19, forçando as autoridades a envidarem esforços para combater a Pandemia que vem ceifando vidas em todo o mundo e, infelizmente no país.

No Município de Cerquillo, foi decretado Estado de Emergência, conforme Decreto Municipal n.º 3.335, de 20 de março de 2020, o qual autoriza a realização de todos os esforços para o combate da Pandemia na circunscrição do Município.

Ainda, conforme Decreto Municipal n.º 3.450, de 12 de abril de 2021, decretou-se Estado de Calamidade Pública, o qual foi reconhecido Decreto Legislativo Estadual n.º 2.502/2021, para a adoção de providências cabíveis à solução da situação enfrentada com a epidemia da doença infecciosa viral respiratória causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19).

Em consequência, considerando o aumento exponencial da pandemia causada pelo Coronavírus em 2021, que vinha ceifando a vida de muitos cidadãos do Município, bem como, o aumento do número de usuários dependentes do sistema de saúde municipal, para cuidados no tratamento da grave doença houve necessidade da contratação de mais profissionais da saúde.

De toda sorte, através do Ofício S.M.S. n.º 004/2022, da lavra da Senhora Secretária Municipal de Saúde, justificou-se a presente contratação em substituição a profissional, a espera da posse de candidatos aprovados no Concurso n.º 01/2019, bem como, a necessária urgência diante do aumento considerável dos atendimentos na UBSF São José para pacientes com sintomas gripais e COVID-19.

Desta feita, para todas as contratações a Administração Pública, baseou-se no art. 37, inciso IX, da CF.

B.1.10. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS

HUMANOS

Verifica-se, pois, que todos os cargos em comissão são criados por Lei, bem como, respeita todos os requisitos constantes no art. 37, inciso V, da Constituição Federal, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

B.1.10.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

No caso em tela, com relação ao fato mencionado de que há ausência de excepcionalidade e transitoriedade inerentes às contratações temporárias de professores e que a Prefeitura Municipal possuía mais de 10% do quadro de professores como temporários, esclarecemos que foi realizado em 2019, o Concurso Público para provimento dos cargos de professores pela Fundação VUNESP, com data de homologação do resultado final em 05/12/2019, conforme Portaria nº 7.312. Desta feita, os aprovados no referido concurso estão sendo nomeados de acordo com sua classificação e vagas existentes para cada cargo, já tendo tomado posse até o momento, 79 (setenta e nove) professores para Pré-Escola, para Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Educação Especial, pois é de interesse desta administração que a totalidade dos cargos vagos sejam ocupados por titulares.

Vale lembrar, mesmo com a realização do Concurso Público, fez-se necessária a contratação de professores temporários, para suprir os afastamentos de outros professores, de acordo com o Artigo 37, inciso IX da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

[...]

III - Da mesma forma preceitua a Lei Nº 8.745/93:

Art. 1º. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Federal direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

[...]

IV - admissão de professor substituto e professor visitante;

[...]

É premente que se deixe claro que, as contratações em caráter temporário de 2021 seguiram o Processo Seletivo nº 01/2020 para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e assim, suprir a falta de titulares para os cargos vagos até que estes sejam preenchidos e para suprir os seguintes afastamentos:

a) Substituição de titulares de cargo afastados para exercer as funções de Professor Coordenador, Vice-Diretores de Escola, Diretores de Escola, Orientadores Pedagógicos e Supervisores de Ensino, dentro da própria rede municipal de ensino;

b) Substituição de titulares de cargo em férias;

c) Substituição de titulares de cargo readaptados;

d) Substituição de titulares de cargo afastados em licença para tratamento de saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, licença gestante, licença para tratamento de doença profissional ou em decorrência de acidente de trabalho, licença compulsória, licença prêmio e licença para tratar de interesses particulares.

B.1.11. SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS

Alega a instrução do TCESP que os subsídios de servidores públicos efetivos nomeados em cargos de secretários e assemelhados não condizem com o § 4º, do artigo 39 da C.F. Por seu turno, o trecho de lei especificado explicita de forma cristalina, em sua parte final, que deve ser obedecido em qualquer caso, o disposto nos incisos X e XI, do artigo 37, da C.F.

Sendo assim, em breve síntese, temos a informar que em relação ao inciso X, do artigo 37 da C.F., não houve revisão geral anual para os ocupantes dos cargos políticos desde a edição da Lei Municipal nº 3.369/2020, de modo que os valores permanecem inalterados.

Em relação ao inciso XI, do artigo 37 da C.F., os valores percebidos a título de subsídio, incluídas as vantagens pessoais ou de



Cidade das Rosas
e dos Tropeiros

Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

qualquer natureza, não ultrapassaram os valores percebidos pelo Prefeito Municipal, que atualmente atinge a monta de R\$ 22.061,20 (vinte e dois mil, sessenta e um reais e vinte centavos).

Destarte, temos a informar ainda que os subsídios dos agentes políticos da Municipalidade são fixados por Lei de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal (Artigo 29, V, CF), a qual tem liberalidade para as fixações e outras providências elencadas na legislação.

Por seu turno, ao editar a Lei Municipal n.º 3.369, de 17 de setembro de 2020¹, a Mesa da Casa Legislativa especificou providências para os pagamentos dos referidos subsídios fixando em seu artigo 3º, os seguintes comandos legais, dos quais destacamos:

“Art. 3º Os subsídios fixados nos arts. 1º e 2º serão pagos em parcela única até o dia 30 de cada mês, ficando vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§ 1º A vedação de acréscimo contida no caput deste artigo não se aplica ao pagamento de vantagens pessoais quando o Secretário for ocupante de cargo efetivo no Município.

§ 2º A hipótese de acréscimo prevista no parágrafo anterior incidirá sobre o vencimento do cargo efetivo do titular da Secretária.

§ 3º O Vice-Prefeito, nomeado Secretário, deverá optar pelo recebimento de seu subsídio ou o de Secretário, vedado o pagamento de qualquer acréscimo, ressalvada a hipótese prevista no § 1º deste artigo.”

Neste sentido, ao realizar os cálculos para pagamentos dos servidores públicos efetivos ocupantes de cargos políticos ou assemelhados, a Municipalidade respeita os comandos legais insculpidos na legislação, *que não possuem nenhum apontamento de ordem legal ou fiscal*, especialmente os direitos assegurados aos servidores públicos pelas Leis Complementares 02/1992² e 03/1992³, ressaltando que todos os encargos pessoais dos servidores efetivos são plenamente descontados, inclusive o

¹ <https://www.legislacaodigital.com.br/Cerquillo-SP/LeisOrdinarias/3369>

² <https://www.legislacaodigital.com.br/Cerquillo-SP/LeisComplementares/2>

³ <https://www.legislacaodigital.com.br/Cerquillo-SP/LeisComplementares/3>



Cidade das Rosas
e dos Tropeiros

Prefeitura Municipal de Cerquilha

PROCURADORIA JURÍDICA

Imposto de Renda de Pessoa Física, o qual é computado nos exatos termos da legislação.

A se ressaltar que, em breve pesquisa da legislação que permeia o assunto⁴ (anexo), verificou-se que pelo menos desde o Exercício de 2004, as legislações que fixam os subsídios dos agentes políticos da Municipalidade preveem a mesma métrica de cálculo aplicada pelo Município, o que demonstra a inequívoca boa-fé dos setores da Municipalidade, em consagração ao Princípio da Legalidade, já que nada pesa sobre a legislação encimada.

B.1.12. ASPECTOS DAS DEMAIS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA NA GESTÃO LOCAL:

O Município não medirá esforços para atender todas as recomendações advindas deste C. Tribunal de Contas.

No mais, a título de informação, o terreno para desapropriação e construção de uma ETL- Estação de Tratamento de Lodo oriundos do tratamento de água, já foi declarado de utilidade pública através do Decreto Municipal nº 3.241, de 30 de novembro de 2018. Em seguida o terreno de 16692 m² foi avaliado, na data de 6/12/2018, em R\$ 350.534,31 o qual foi rejeitado pela família, em Termo de Acordo proposto por essa municipalidade. Sendo assim, a Autarquia Municipal e o Município estão realizando todos os esforços possíveis para conclusão das tratativas e a transferência da posse e propriedade do terreno para seu patrimônio.

III - PERSPECTIVA C: ENSINO

Nesta oportunidade, importante colacionar a manifestação do Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Educação e Cultura, trazendo os devidos esclarecimentos – *doc. anexo*.

IV - PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1.1.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS: Período com demanda reprimida de leitos de UTI (março a junho de 2021), consultando os arquivos da Secretaria de Saúde dos dados referentes ao período

⁴ <https://www.legislacaodigital.com.br/Cerquilha-SP/LeisOrdinarias/2583>
<https://www.legislacaodigital.com.br/Cerquilha-SP/LeisOrdinarias/2872>
<https://www.legislacaodigital.com.br/Cerquilha-SP/LeisOrdinarias/3071>
<https://www.legislacaodigital.com.br/Cerquilha-SP/LeisOrdinarias/3203>
<https://www.legislacaodigital.com.br/Cerquilha-SP/LeisOrdinarias/3369>



Cidade das Rosas
e dos Tropeiros

Prefeitura Municipal de Cerquilha

PROCURADORIA JURÍDICA

apontado, verificamos **que houve a prestação de informação de demanda reprimida de pacientes aguardando vaga para leito de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) na rede de referência**, já que a Santa Casa de Misericórdia do não possui leitos de UTI tampouco o Município de Cerquilha. A acrescer, informamos que cabe ao Município, pela Lei Federal n.º 8.080/1990, o oferecimento de serviços públicos de baixa complexidade, cabendo ao Estado o oferecimento de tratamentos de alta-complexidade (Artigo 17, inciso IX).

“Art. 17. À direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) compete:

(...)

IX - identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional;”(grifo nosso).”

Entretanto, durante o período da pandemia, por meio da Celebração do Convênio nº 03/2020 (ações contra a Covid-19) foram montados 02 (dois) leitos de suporte ventilatórios com ventiladores do qual esses pacientes permaneciam aguardando essa transferência, para a referência Estadual.

Por ser um período pandêmico nunca antes suportado pelo Sistema Único de Saúde, inclusive com a decretação de calamidade pública no município, foi observado que houve aumento no número de pacientes internados, não só nesse Município, mais também em outras unidades da federação, mas as ações do Município foram eficazes para dar suporte à população em meio à crise sanitária de amplo conhecimento.

D.2. IEG-M – I-AMB: O Município tem trabalhado para se alinhar às adequações necessárias para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS (2030), fortalecendo o atendimento no CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial) e na Estratégia de Saúde da Família, através de grupos, oficinas, palestras, treinamentos e fortalecimento da equipe médica (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem), bem como, a estruturação dos exames laboratoriais e informatização dos órgãos de saúde municipal.

Tanto o é, que recentemente o Município de Cerquilha foi eleita a 2ª melhor cidade de pequeno porte do Estado, a 15ª melhor do país e a 7ª em desenvolvimento sustentável, o qual é apurado levando-se em conta os índices de Saúde de Qualidade.



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

V - PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

Vale lembrar, que a Municipalidade vem se adequando as recomendações determinadas por este C. Tribunal Bandeirante, no tocante a Gestão Ambiental.

VI - PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À

CIDADE

Neste tópico também, o Município vem se adequando as recomendações determinadas por este C. Tribunal de Contas, bem como, existe um canal direto com a população através de seu site e demais redes sociais.

VIII - PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS

RELEVANTES

O Município não mede esforços para atender todas as recomendações advindas deste C. Tribunal de Contas, bem como, segue estritamente todas as leis e de modo especial a Lei Orgânica Municipal.

IX - DOS PEDIDOS

Prestados os esclarecimentos, julgamos que os procedimentos formais apontados em nada comprometeram o objetivo pretendido pela administração, pois não restou configurada em nenhum momento malversação na aplicação dos recursos públicos, nem tampouco prejuízo que seja ao Erário, merecendo, portanto, **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação da prestação de contas do **ANO DE 2021**.

Cerquillo, 02 de agosto de 2022.

ANDERSON A. RODRIGUES
Procurador do Município